



Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

## ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 28/03/2002

Aos 28 dias do mês de março de 2002, no Ginásio do Taquaral “Alberto Jordano Ribeiro”, em Campinas, realizou-se a 17.ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de 90 (noventa) pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil e do Estado, conforme lista de presença anexa, e público, registrado em livro próprio. Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sra. Izalene Tiene - Prefeita de Campinas; Cláudio de Mauro - Prefeito de Rio Claro e Presidente do CBH-PCJ; José Machado - Prefeito de Piracicaba, representando o Consórcio Intermunicipal dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; Eduardo Lovo Paschoalotti – representante do CIESP/ Limeira e Vice-presidente do CBH-PCJ; Luiz Roberto Moretti – Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo do CBH-PCJ; Dr. Guilherme Franco Neto, Coordenador Geral da Vigilância Ambiental da FUNASA; Ari Fernandes Cardoso, Prefeito de Joanópolis.

**1. Abertura:** Dando início à reunião, o Eng.º Moretti registrou a presença dos membros do CBH-PCJ, e demais personalidades. Informou a existência de quorum e passou a condução da reunião ao Presidente do CBH-PCJ, que agradeceu a presença de todos; agradeceu à Prefeita de Campinas pela cessão das dependências para a realização da reunião, e declara iniciada a reunião, colocando a palavra à disposição dos integrantes da mesa. Com a palavra, a Prefeita de Campinas, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. O Presidente do Comitê, passou a palavra para o Prefeito de Piracicaba, José Machado, representando o Consórcio PCJ, que cumprimentou a todos e esclareceu que está substituindo o Prefeito de Itatiba que é o Presidente do Consórcio PCJ.

**2. Comunicações:** Sem outras manifestações, o Presidente do CBH-PCJ, Cláudio de Mauro, retoma a palavra e dá por iniciados os trabalhos constantes da pauta. Este passou a palavra para o Sr. Eduardo Paschoalotti, Vice-presidente do CBH-PCJ, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos.

**2.1. Comunicados do Secretário-executivo:** O Secretário-executivo do CBH-PCJ, Luiz Roberto Moretti, informou que representantes da Secretaria da Saúde e da CETESB, estiveram participando de evento em Recife, no Encontro sobre Saúde, representando o CBH-PCJ. Solicitou à Sra. Lívia Agujaro, representante da CETESB, que fizesse um relato sobre o Encontro do qual participara. A Sra. Lívia relatou que foi um Encontro Internacional, patrocinado pela FUNASA, que vem atuando como parceira do CBH-PCJ em diversas ações. O tema do referido Encontro foi “Engenharia voltada para a Saúde Pública” e o Comitê foi convidado a montar um “stande”, para demonstrar o trabalho que vêm realizando sobre a Portaria 1469, sua estrutura e demais ações. Com a palavra, o Eng.º Moretti informou que esteve no dia 26/03, em Sorocaba, a convite do CBH-SMT, participando com representantes de outros Comitês, de evento que tratou de “Agência de Bacias e Cobrança pelo Uso da Água”. Informou que nos dias 02 e 03 de abril, ocorrerá em Bonito – MS, o I Encontro para fortalecimento dos

Organismos de Bacias Hidrográficas, quando estará presente um representante do CBH-PCJ apresentando um trabalho da parceria Consórcio/ Comitê PCJ. Este trabalho foi apresentado pelas Secretarias Executivas do CBH-PCJ e do Consórcio PCJ, no Rio de Janeiro, no final deste mês. O Eng.º Moretti esclareceu que no final do ano passado, o Comitê aprovou uma Deliberação propondo Ações integradas do CBH-PCJ com o CBH-AT para articulação e melhoria da situação dos recursos hídricos nessas Bacias. Na ocasião foi encaminhado Ofício do CBH-PCJ à Prefeita Marta Suplicy, que é Presidente do CBH-AT, que posteriormente veio a responder nosso pleito e disponibilizando-se para as tratativas necessárias para a referida parceria, devendo ser agendada reunião com a Prefeita. Informou que junto com o material entregue nesta reunião foi distribuído um folder, que já foi enviado aos Prefeitos por meio do Ofício CBH-PCJ 069/2002, que trata do Projeto de Difusão Tecnológica de Recursos Hídricos e solicita indicação de um representante para participar do referido curso. O projeto é uma parceria do Centro Tecnológico de Hidráulica – CTH com a Agência Nacional de Águas – ANA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPQ, para a difusão de tecnologias na área de Recursos Hídricos e está sendo coordenado pelo Prof. Paulo Romera. Para esse projeto foram montados 3 núcleos nas nossas Bacias e distribuídos conforme o prospecto (Atibaia, Campinas e Rio Claro). Informou que de 19 a 23 de maio, acontecerá o IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Balneário Camboriú – SC, onde serão discutidos os seguintes temas: Dia 20 - Plano de Bacias; a Política de Recursos Hídricos com o advento da ANA, e elaboração de projetos para obtenção de recursos na área de recursos hídricos e meio ambiente; no dia 21 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; Comunicação e Educação Ambiental; Relação Costeira e de Águas Interiores; Gestão de águas no semi-árido, e discussão da Portaria 1469; dia 22 - Papel da representatividade nos Comitês com palestras e oficinas para debates; e no dia 23 a realização da Assembléia do Fórum Nacional de Comitês, no qual este CBH-PCJ tem assento. Outro informe é que no dia 02/04 haverá a Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, que tem na sua pauta uma moção sobre o PL 1616 – substitutivo, do Deputado Fernando Gabeira; tem a proposta de implantação da Semana Estadual da Água, e a definição dos coeficientes de distribuição de recursos do FEHIDRO, aos Comitês de Bacias. Nesta reunião será definido somente o percentual de cada Comitê, uma vez que ainda não se sabe o montante de recursos que virá, bem como serão discutidas novas propostas para alteração desses índices.

**2.2. Comunicados do Presidente:** O Prefeito de Rio Claro, Cláudio de Mauro, Presidente do CBH-PCJ, informou que recebeu a informação do Secretário Adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos (SRHSO), de que os recursos do FEHIDRO, a serem disponibilizados em 2002, seria em torno de R\$ 8 milhões, porque houve um erro na distribuição dos recursos do ano passado; que foi bem



superior ao normalmente liberado e, neste ano, haverá uma redução nos recursos para compensação. Acrescentou que recebeu informação do Secretário de Estado da SRHSO, Dr. Mauro Arce, que este estaria conversando com a Secretaria da Fazenda, solicitando que fossem mantidos os valores, pelo menos, da média que os Comitês têm recebido nos anos anteriores. Caso isso se confirme, teremos os recursos que comumente são recebidos. Além dos valores liberados pelo FEHIDRO, temos os valores de retorno de financiamentos de contratos Reembolsáveis. O Presidente informou que o Exmo. Sr. Governador esteve em Rio Claro, na semana passada, e até aquele momento não havia sido agendada a reunião do CRH, e que foi possível conversar a respeito do assunto. Após, tivemos a resposta de que a reunião do CRH seria agendada para o dia 02/04/02. Informou que recebeu da Prefeitura de São Paulo, informe de que nos dias 05 a 08 de junho acontecerá, no Anhembi, em São Paulo, uma Feira Internacional e Congresso de Cidades, denominada URBES-2002 e está havendo um convite para que todos participem. Informou que o Governo do Estado tomou a iniciativa de juntar a Secretaria de Energia com a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e que a justificativa para haver esta junção é para reduzir gastos de operacionalização de determinados tipos de trabalhos, embora não foi aprovada a Lei Autorizativa. Outro informe é que a questão da titularidade dos Serviços de Saneamento ainda encontra-se em discussão. Nossa manifestação é de que a titularidade seja mantida conforme na Constituição. Informou que esteve presente em palestra do Presidente da SABESP, em Serra Negra, sobre a questão das titularidades dos Municípios e manifestou a posição do CBH-PCJ a respeito. Está prevista para ser agendada uma reunião do Comitê e Consórcio PCJ com o Superintendente de Gestão da ANA e com o Dr. Jerson Kelman, para discutir sobre a possibilidade de criação de um Fundo Nacional de Recursos Hídricos, para o caso da Cobrança em rios Federais. O Presidente Cláudio de Mauro informou que recebeu convite da Secretaria de Meio Ambiente do Piauí, pedindo que o CBH-PCJ assessorasse a Secretaria do Piauí na elaboração de suas ações por meio de Comitês. Está se agendando a vinda de uma Comitativa do Piauí para Rio Claro e Piracicaba, a fim de se prever uma agenda de intercâmbio. Outro informe é que nossa Secretaria Executiva estava passando por dificuldades para elaboração de suas atividades pela falta de funcionários do DAEE. Então, foi marcada uma reunião com o Superintendente do DAEE, Dr. Ricardo Borsari, onde foram solicitadas providências para que o DAEE de Piracicaba continue realizando seu trabalho junto à Secretaria Executiva deste Comitê. Informou que a Presidência deste Comitê, juntamente com representante da DIR-XV, da Secretaria da Saúde, visitaram as dependências da FUNASA, quando levou-se uma carta em que constavam propostas de interrelação do CBH-PCJ e a FUNASA. Foram elencadas algumas ações de cooperação com a FUNASA. **3. Leitura e Aprovação da Ata 11ª Reunião Extraordinária:** O Presidente do CBH-PCJ,

Cláudio de Mauro, passou a tratar da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião Extraordinária do CBH-PCJ, realizada em 29/11/2001, no Teatro “Renê Marcos Posi”, em Artur Nogueira. Foi dispensada a leitura por ter sido encaminhada, antecipadamente, aos membros do Comitê. O Sr. Flávio Gordon, da associação Novo Encanto solicitou que, na página 6, no registro de sua fala, fosse feita uma alteração, conforme segue: “A Quinta emenda foi apresentada pelo Sr. Flávio Gordon, da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico – ANEDE, que expôs ... ser o Relatório elaborado pelo Comitê de boa qualidade técnica e que apontou uma série de lacunas existentes no EIA-RIMA da UGE – Carioba II, além dos problemas ambientais que iria gerar, caso fosse instalada no Município de Americana, e quando se esperava que o mesmo iria concluir com uma posição firme do Comitê, contrário ao empreendimento, este passava ao DAIA – SMA aquela decisão. Continuou o representante da Novo Encanto dizendo que se a Secretaria do Meio Ambiente do estado havia solicitado ao Comitê uma avaliação quanto ao EIA-RIMA da UGE Carioba II, tinha o Comitê o pleno direito e dever de se posicionar firmemente em relação àquela obra, e que a posição defendida pela Novo Encanto, e apoiada por outras 12 entidades ambientalistas presentes na reunião, era contrária ao empreendimento. Entregou o sr. Flávio Gordon, à mesa dos trabalhos, um substitutivo total ao Anexo 2, (Recomendações do Relatório do CBH-PCJ), com algumas considerações baseadas no próprio Relatório em análise e com o posicionamento contrário àquela usina”. Colocada em votação a proposta de alteração apresentada, a mesma foi aprovada por unanimidade. Foi solicitado pelo Sr. Francisco Ometto, uma correção na página 4, onde aparece citado o seu nome, em uma fala sua, referindo que o mesmo é representante do Sindicato Rural de Limeira e não da AEAL, além de correções de digitação. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a Ata da 11ª Reunião Extraordinária, sendo aprovada por unanimidade, com as alterações propostas. **4. Manifestação do representante da FUNASA sobre trabalhos em parcerias com o CBH-PCJ:** O Dr. Guilherme Franco Neto, representando a FUNASA, fez uma breve explanação dos trabalhos de revisão e discussão da Portaria 36, sobre a questão da qualidade da água de abastecimento público, que originou, no final do ano 2000, na Portaria 1469. Informou que estão buscando meios de implementação dessa Portaria, capacitando pessoal de operacionalização e vigilância. Deixou claro que os Comitês seriam os focos de divulgação da FUNASA, para universalizar o conhecimento dessa Portaria. Foram mencionados os trabalhos de cooperação com a FUNASA, anteriormente citados pelo Presidente do Comitê em seus informes. Solicitou a inclusão de um representante da FUNASA na composição do Grupo Técnico de Saúde Ambiental – GT-SAM, que deverá ser criado hoje, nesta reunião por meio da Deliberação 116/2002. Em seguida o Presidente do CBH-PCJ agradeceu a manifestação e considerou a FUNASA pertencente ao GT-SAM. **5. Manifestação do Superintendente do DAEE sobre o**



**Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos:** O Superintendente do DAEE, Dr. Ricardo Borsari, fez uma breve explanação sobre o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, falando sobre a crise da energia que o país sofreu, afetada pela escassez dos recursos hídricos. Esclareceu que no seu ponto de vista, para a gestão dos recursos hídricos, não adianta melhorar a quantidade dos recursos hídricos se a qualidade está comprometida. Disse que fica feliz quando vê que este Comitê segue essa linha de raciocínio, quando distribui recursos do FEHIDRO, sendo 60% destes para o tratamento de efluentes. Mencionou que para uma gestão eficiente, em diversas situações não resolve só arrumar recursos financeiros. No caso de municípios pequenos, com pouca estrutura, precisamos além dos recursos, dar diretrizes. Hoje o grande papel do DAEE é dar diretrizes a esses municípios, de até 30.000 habitantes, facilitando os caminhos para que tenham acesso a alguma tecnologia no campo do tratamento. Informou que a atuação do DAEE no campo de gerenciamento passa pela Secretaria Executiva do CORHI. Ressaltou que a nível de Secretaria Executiva do CORHI a preocupação dos investimentos é em Programas de caráter geral para o Estado, que tenham como objetivo capacitar o sistema para que tomem boas decisões, dando subsídios para a atuação dos Comitês. Enfatizou que considera que foi dado um grande passo, não no que diz respeito à gestão, mas como trabalhar democraticamente a gestão dos recursos. O Superintendente informou que para os municípios de até 40.000 habitantes, o DAEE tem condições de oferecer alguma ajuda na elaboração de projeto de ETE's. O Presidente, Cláudio de Mauro, solicitou que municípios que tenham interesse em construir lagoas de estabilização como parte do tratamento de esgotos, devem se organizar para conseguir esse apoio oferecido pelo DAEE. Ficou definido que a Câmara Técnica de Saneamento faria esse levantamento e encaminhamento à Secretaria Executiva do CBH-PCJ.

**6. Manifestação sobre o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES-2002, da ANA:** O Presidente do CBH-PCJ informou que técnicos da ANA estiveram, semana passada, em Rio Claro e a ETE construída e inaugurada lá foi aprovada por eles; portanto, o dinheiro creditado começará a ser repassado para o Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro. O eng.º Moretti fez uma breve explanação sobre a vinda de técnicos da ANA, no dia 12/03/2002, onde, na SANASA, proferiram palestra explicativa da nova versão 2002, do PRODES – “Compra de Esgoto Tratado”. Lembrou que essa região já assinou 9 contratos com a ANA, totalizando cerca de R\$40 milhões de investimento. O prazo para inscrição foi prorrogado, por meio da Instrução Normativa SGR 1/2002, até 19/04/2002. Esclareceu que em anos anteriores, a hierarquização era por ordem de chegada e esse ano, quem fará a hierarquização será o Comitê. Portanto, até o dia 20/05/2002, a ANA apresentará ao Comitê, lista dos empreendimentos inscritos e habilitados e, até o dia 27/05/2002, o CBH-PCJ deverá apresentar a hierarquização dos empreendimentos, para que até o dia

03/06/2002, a ANA possa divulgar os contemplados. Informou também que o montante que vai ser distribuído a cada Comitê será proporcional ao número de pedidos da região em relação ao total do país. Portanto o Secretário-executivo solicitou que sejam inscritos o maior número de projetos. Ressaltou que o protocolo dos projetos não precisam ser feitos em Brasília, pois técnicos da ANA virão nos dias 08, 09 e 10 de abril, na Secretaria Executiva do CBH-PCJ para fazer o protocolo dos projetos para o PRODES-2002.

**7. Solicitação da Prefeitura de São Pedro:** Na página 13, consta Ofício Condema que Prefeitura Municipal de São Pedro encaminhou, solicitando o apoio do CBH-PCJ no sentido de se agilizar o processo de regulamentação da APA Corumbataí – Piracicaba – área I, onde o município de São Pedro está (Decreto 20960/83). Foram efetuados estudos para regulamentação desse Decreto e encaminhados pelo CONDEMA. Colocada em votação, a solicitação para o CBH-PCJ encaminhar Ofício ao Governo de Estado, solicitando agilidade no processo de regulamentação, foi aprovada por unanimidade.

**8. Solicitação do CBH-SMT:** Foi encaminhado pelo CBH-SMT solicitação para que o Grupo Técnico do CBH-PCJ se reúna com o Grupo daquele Comitê para tratar de questões sobre recursos hídricos no Ribeirão Pirai, nos municípios de Cabreúva, Itú, Salto e Indaiatuba. O Eng.º Moretti fez uma breve explanação sobre problemática do Ribeirão Pirai. Informou que dos 4 municípios que o ribeirão corta, somente o Município de Itú não faz parte deste CBH-PCJ, mas sim do CBH-SMT. Portanto, a necessidade de se criar um grupo intercomitês para discussão do problema. Foi solicitado pelo Prefeito de Salto o apoio do DAEE para a construção de uma barragem no Ribeirão Pirai e que sejam solicitadas manifestações das rodovias das Colinas que fazem movimentos de terra a menos de 5 metros do Ribeirão Pirai e não se dignam a responder ao Consórcio formado pelos municípios afetos, quando este solicita. O Sr. Marco Pareja cobrou posição do CBH-PCJ a respeito de Ofício encaminhado pela ONG Preservação, sobre loteamentos clandestinos. O Presidente respondeu ao representante da ONG Preservação, que o assunto foi encaminhado ao Grupo Técnico de Planejamento para manifestação, como subsídio de resposta. E ao Prefeito de Salto, o Presidente informou que o assunto será encaminhado ao Grupo que estará se reunindo para tratar da problemática do rio Pirai. Colocada em votação a autorização para o GT-PL tratar da inter-relação acima, a mesma foi aprovada por unanimidade.

**9. Solicitação da Prefeitura de Serra Negra:** A Prefeitura de Serra Negra encaminhou Parecer sobre a captação de água no Camanducaia. O Presidente informa que Serra Negra não faz parte deste Comitê, mas quer captar mais água na nossa Bacia. Portanto, o assunto será encaminhado ao GT-MH e à CT-OL para manifestação, para posterior resposta aos interessados. Colocado em votação o encaminhamento acima, foi aprovado por unanimidade.

**10. Assuntos a deliberar:**

**10.1. Aprovação de Atos do Sr. Presidente, sobre assuntos diversos, tomados com base no Inciso IV do Artigo 11 do estatuto do CBH-PCJ –**



**Deliberação CBH-PCJ/115/2002:** foi apresentada a minuta de Deliberação n.º 115/2002, quando o Presidente do CBH-PCJ esclareceu que a Prefeitura Municipal de Sumaré, por meio do seu Ofício n.º 015/2002, de 09/01/2002, solicitou e justificou a modificação da indicação de recursos do FEHIDRO, feita por meio da Deliberação CBH-PCJ/110/2001, do empreendimento “Projeto da ETE Tijuco Preto e emissários” para o empreendimento “Projeto da ETE Jatobá e emissários”, que possui as mesmas características técnicas daquela inicialmente aprovada pelo CBH-PCJ. Informou também que o Artigo 6.º da Deliberação CBH-PCJ n.º 110/2001, de 03/10/2001, que prorrogou o prazo para a assinatura de contratos dos empreendimentos hierarquizados na Deliberação CBH-PCJ n.º 102/2001, de 30/03/2001 para até 31/12/2001 e que, por meio do Ofício CBH-PCJ/002/2002, de 02/01/2002, a Diretoria do CBH-PCJ autorizou a prorrogação do prazo para assinatura de contratos dos empreendimentos constantes da referida Deliberação até 31/01/2002 e que, apenas 2 projetos (da UNESP/Rio Claro e da P. M. de Iracemápolis) não assinaram contrato, até o presente momento; sendo que um encontra-se em análise no Agente Técnico – CETESB e outro em tramitação no Agente Financeiro para elaboração do contrato, tendo os Tomadores cumprido com os prazos a eles estabelecidos. Portanto, estamos submetendo “ad referendum”, providências tomadas que não poderiam aguardar esta reunião para serem definidas. Em seguida, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 115/2002, sendo aprovada por unanimidade sem alterações.

**10.2. Criação do Grupo Técnico de Saúde Ambiental (GT-SAM) do CBH-PCJ – Deliberação CBH-PCJ/ 116/2002:** O Presidente do CBH-PCJ esclareceu que o disposto no Parágrafo Único do Artigo 5º do Estatuto do CBH-PCJ, possibilita a constituição de "unidades regionais ou especializadas ou ainda, sub-comitês, definindo, no ato de criação, sua composição, atribuições e duração". Foi explicado que o Subgrupo de Monitoramento Microbiológico – SG-MB, vem periodicamente se reunindo para a discussão técnica de assuntos relacionados, principalmente, à qualidade de água dos mananciais pertencentes às Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e sua interferência nos aspectos de saúde ambiental e humana, além das atividades a ele atribuídas pela Deliberação CBH-PCJ n.º 108/01, de 18/05/2001 e que o grupo tem como base a integração entre as áreas de meio ambiente, saúde pública e saneamento, devido ao perfil dos profissionais que o compõem. Esclareceu que várias atividades vêm sendo realizadas para proporcionar capacitação aos seus membros e convidados, de forma que permita, junto aos seus respectivos órgãos, a implementação de ações para proteção, controle e recuperação dos recursos hídricos visando à promoção da saúde e qualidade de vida; que o SG-MB vem realizando, ao longo de sua existência, várias atividades, com expressiva participação de entidades ligadas aos setores de saneamento e saúde pública, tais como: dois Workshops sobre “Qualidade de Água para Abastecimento Público”; aplicação da Portaria 1469/00

com ampla participação de profissionais não só da área do CBH-PCJ, mas também de outras regiões; possibilitou a parceria de ações entre o CBH-PCJ e a FUNASA – Fundação Nacional da Saúde para aplicação da Portaria 1469/00 sobre qualidade de água para consumo humano, além da implementação de cursos e publicações. Informou que não existe, na atual estrutura do CBH-PCJ, um grupo técnico com as atribuições e características elencadas; que o Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH), do CBH-PCJ, em sua Reunião Ordinária de 15/03/2002, aprovou proposta de extinção do SG-MB e criação de um Grupo Técnico da Saúde Ambiental (GT-SAM) que, dentre outras atividade, assumira aquelas decorrentes do monitoramento microbiológico, efetuadas pelo SG-MB e que o Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL), em sua 47ª Reunião Ordinária, realizada em 29/01/2002, na cidade de Piracicaba, aprovou a proposta de criação do GT-SAM. Foram lidos e explicados cada um dos artigos da referida Deliberação, onde fica criado, o Grupo Técnico de Saúde ambiental (GT-SAM), do Comitê PCJ, em substituição ao Subgrupo de Monitoramento Microbiológico (SG-MB), do Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH), do CBH-PCJ. A Sra. Lívia Agujaro, atual coordenadora do Sub-Grupo (SG-MB) fez algumas considerações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo antigo grupo e que, agora, com novas atribuições, passará a ser denominado Grupo Técnico de Saúde Ambiental. O Presidente do Comitê solicita a inclusão da participação da FUNASA, já aprovada nesta reunião. O representante da AEAL, solicita a inclusão de sua entidade no grupo. O representante da ANEDE solicita inclusão de uma vaga para as entidades ambientalistas. Foi solicitada a inclusão do Sindicato dos Engenheiros do Estado de S. Paulo – Delegacia Regional de Piracicaba, no grupo. Colocada em votação as solicitações foram aceitas por unanimidade. Após, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 116/2002, com as inclusões mencionadas, sendo aprovada por unanimidade.

**10.3. Hierarquização de empreendimentos para indicação para financiamento junto ao FEHIDRO, exercício de 2002, e dá outras providências – Deliberação CBH-PCJ/ 117/2002:** O Eng.º Moretti esclareceu todo o processo de consulta que definiu a escolha dos 15 primeiros subprogramas do Plano de Bacias 2000-2003, mais pontuados e que foram agrupados em 10, pois alguns tratam do mesmo assunto. Expôs os critérios gerais e específicos definidos pelo próprio GT-PL; esclareceu os prazos estabelecidos: período de inscrição para pré-qualificação de 02/01 a 11/01/2002; análise da pré-qualificação de 14/01 a 01/02/2002; período de inscrição dos projetos pré-analisados de 25/02 a 01/03/2002. Explicou como se deu cada uma dessas etapas mencionadas. Informou que o subgrupo que fez a análise de pontuação dos empreendimentos inscritos e que foi formado por representantes do DEPRN, Prefeitura de Holambra, DAEE e CIESP/ Limeira, Prefeitura de Jundiá e CETESB. Na inscrição de pré-qualificação foram inscritos 48 projetos. Após uma primeira verificação, pelos próprios representantes da Secretária Executiva, 19



projetos tiveram suas inscrições invalidadas, sendo 3 por não serem beneficiários do FEHIDRO e 16 por não constarem dos Subprogramas do Plano de Bacias aprovados como prioritários. Os 29 projetos restantes foram encaminhados para os Agentes Técnicos DAEE e CETESB para uma pré-análise, sendo que 11 pré-analisados pelo DAEE e 18 pela CETESB. Após a pré-análise os candidatos a tomadores tiveram um prazo para providenciar as complementações solicitadas na pré-análise. Dos 29 projetos pré-qualificados, apenas 25 reinscreveram os projetos com as complementações. O subgrupo composto para pontuar os projetos, após a sua análise de pontuação, indeferiu mais 5 projetos, por não estarem de acordo com as regras estabelecidas. Informou da necessidade de elaboração do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Área do CBH-PCJ – 2000”, conforme prevê o Artigo 19 da Lei 7.663/91. Esclareceu que no Artigo 1º da Deliberação CBH-PCJ n.º 102/2001, ficou priorizada a elaboração do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do CBH-PCJ – ano base 2000”, disponibilizando-se recursos financeiros do FEHIDRO, referentes à quota-parte do CBH-PCH do exercício de 2001, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e que, no seu Parágrafo Primeiro, consta que o Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL) preparará o Termo de Referência para o desenvolvimento do referido Relatório, bem como o acompanhamento técnico dos trabalhos para a elaboração do mesmo. O GT-PL, do CBH-PCJ, em sua 46.ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20/11/2001, no Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, aprovou os Termos de Referência do Relatório de Situação, que deverá abranger o período 2000/2001, e procedeu à escolha do tomador dos recursos do FEHIDRO disponibilizados no Artigo 1.º da Deliberação 102/2001, sendo escolhido o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Mencionou que após a conclusão do Termo de Referência para elaboração do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do CBH-PCJ – 2000/2001”, foi realizada consulta junto a algumas empresas para se ter uma estimativa de custo de elaboração de tal relatório, obtendo-se um valor médio de R\$ 120.000,00. Informou sobre a Proposta de Ações para o desenvolvimento de estratégias e diretrizes para implantação de novos empreendimentos na área do CBH-PCJ, definida na 1.ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL), de 05/03/2002, realizada na cidade de Piracicaba. Informou que os critérios gerais e específicos de hierarquização de empreendimentos, para posterior indicação ao FEHIDRO, para financiamento, e demais providências definidas na Deliberação 99/2000, de 14/11/2000, foram revisados e adequados pelo GT-PL, em sua 47.ª Reunião Ordinária, de 29/01/2002, para aplicação dos mesmos na nova inscrição de empreendimentos para obtenção de recursos do FEHIDRO, do exercício de 2002. Esclareceu os termos da Deliberação CBH-PCJ/114/2001, que define critérios para hierarquização de projetos com recursos do FEHIDRO referentes ao orçamento de 2002 e dá outras providências. Informou que os pedidos de recursos financeiros ao

FEHIDRO, apresentados pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal e pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo - AEASP, contemplando, respectivamente, os empreendimentos “Educação Ambiental, Reflorestamento e Outras Ações para Preservação e Recuperação dos Recursos Hídricos”, considerado como projeto piloto na área do CBH-PCJ, e “Reciclagem, Capacitação e Estruturação de Conhecimento para Profissionais de Ciências Agrárias e Afins”, na área do CBH-PCJ, foram considerados como projetos de interesse regional, sendo dispensados de pontuação, conforme prevê o artigo 5º da Deliberação 99/2000, de 14/11/2000. Esclareceu que foi dada ampla divulgação ao novo processo de inscrições e que foi mantido pela Secretaria Executiva plantão para esclarecimento de dúvidas sobre as condições de acesso e que todas as solicitações foram devidamente analisadas, conforme planilha constante da documentação divulgada para a presente reunião e que os empreendimentos em condições de candidatarem-se às verbas do FEHIDRO tiveram pontuação em conformidade com os critérios estabelecidos pelo GT-PL, resultando em proposta de hierarquização aprovada no âmbito do GT-PL, em sua 48ª Reunião Ordinária, em 12/03/2001, na SANASA, em Campinas. Informou que a disponibilidade de recursos para indicações ao FEHIDRO, relativa ao exercício 2002, ainda não é totalmente conhecida, tendo em vista que não houve, até a presente data, deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, sobre a distribuição de recursos do FEHIDRO, aos Comitês de Bacias, para o exercício 2002 e que os valores de recursos financeiros do FEHIDRO, para o orçamento 2002, já conhecidos, são os apresentados na seguinte; retorno líquido de financiamentos na modalidade “reembolsável”, aprovados em exercícios anteriores, creditados na subconta FEHIDRO do CBH-PCJ, conforme informado pela SE-COFEHIDRO R\$1.712.010,67; saldos decorrentes das diferenças entre valores deliberados pelo CBH-PCJ e o resultado de licitações – R\$13.827,90; disponibilidade dos recursos em 28/03/2002: R\$1.725.838,57. O Prefeito de Cosmópolis, Sr. José Pivato, deixou registrado que no ano passado a Prefeitura tentou apresentar projeto e não foi atendido porque não tinha as certidões exigidas e esse ano não foi contemplado porque seu município não estava considerado como prioritário no Plano de Bacias 2000-2003. Então, solicita que a CETESB considere que o município não é prioritário no Plano de Bacias para tratar os esgotos, na hora de acertar o Termo de Ajustamento de Conduta. O Eng.º Moretti esclareceu que foi o Plenário do CBH-PCJ que aprovou as regras para as inscrições do FEHIDRO, e que as entidades que ficaram de fora é porque não se encaixaram nas regras. Outras manifestações discordando das regras estabelecidas e solicitando a inclusão dos respectivos projetos, foram feitas pela Prefeitura de Capivari, SABESP, SANASA, Prefeitura de São Pedro e Prefeitura de Americana. O Prefeito de Piracicaba solicita que os critérios sejam revistos nas próximas distribuições e que se mantenham os



critérios deste processo de 2002 e que deve ser feito um mapeamento dos municípios que não tem Plano Diretor de esgoto, pela CT-SA, para que o CBH-PCJ possa buscar outros recursos. A CETESB se colocou a disposição da coordenadora da CT-SA para auxiliar nesse levantamento. O Eng.º Moretti explicou todo o processo em que foi elaborado e aprovado o Plano de Bacias, no qual constam as prioridades de obras e ações de investimentos. Na ocasião também foram feitas consultas a todos os membros e foram poucas as contribuições recebidas. Ressaltou que como estaremos elaborando o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2000-2001, poderemos rever os critérios do Plano de Bacias e propor alterações. A Prefeitura de Campinas solicitou que na eventual sobra de recursos fosse priorizado o seu projeto de Recuperação de APP, que não foi aceito pelo GT-PL, pela falta de um documento na ocasião da inscrição. Ocorreram várias manifestações contrárias à da Prefeitura de Campinas, que a mesma retirou sua proposta. Após, as discussões, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 117/2002, sendo aprovada por unanimidade.

**4.4. Hierarquização de empreendimentos para financiamento junto a outras entidades, excluindo-se o FEHIDRO, e dá outras providências – Deliberação CBH-PCJ/ 118/2002:** O Eng.º Moretti esclareceu os termos da Deliberação CBH-PCJ/114/2001, que define critérios para hierarquização de projetos com recursos do FEHIDRO referentes ao orçamento de 2002. Informou novamente sobre o processo de inscrição do FEHIDRO. Acrescentou que o GT-PL considera que todos os 48 projetos apresentados são de grande importância para a região do CBH-PCJ. Informou a existência de outras formas de financiamento (excluindo-se o FEHIDRO), visando à contratação dos empreendimentos que não foram incluídos na Deliberação CBH-PCJ/117/2002, de 28/03/2002, e que poderão viabilizar a implantação dos empreendimentos em questão. Portanto, os projetos que não constam da Deliberação 117/2002 serão considerados como prioritários, pelo CBH-PCJ, para recebimento de recursos financeiros, não oriundos do FEHIDRO. Esclareceu que a seqüência de apresentação de empreendimentos contida na minuta desta Deliberação foi estabelecida, apenas, por ordem alfabética do nome da entidade que será a tomadora de recursos, sendo a respectiva numeração, apenas, indicativa do n.º de entidades, não significando ordem de classificação. Informou que tendo em vista a priorização feita, as entidades membros do CBH-PCJ deverão desenvolver gestões, de forma integrada, para obtenção dos recursos financeiros necessários para a concretização dos empreendimentos. Após, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 118/2002, sendo aprovada por unanimidade.

**11. Outros Assuntos:**

**11.1. Manifestação do CONDEMA de Campinas:** O representante do CONDEMA de Campinas mencionou que entregou à Secretaria Executiva do CBH-PCJ, documento em que manifesta a perplexidade em relação a alguns acontecimentos no município de Campinas, tais como o acidente em Joaquim Egídio, com o rompimento

dos açudes e a instalação do empreendimento comercial, Shopping D. Pedro, na cidade, onde o CONDEMA não recebeu as informações dos órgãos estaduais de fiscalização e licenciamento. Este último empreendimento vem utilizando água de 5 poços, que foram perfurados, e as informações são que os mesmos não possuem outorga, bem como os açudes em Joaquim Egídio. Então, solicita que o CBH-PCJ interceda junto aos órgãos responsáveis, sobre os acontecimentos para que não aconteçam mais. O Presidente do Comitê informou que encaminhará ao grupo técnico responsável pelo assunto, que deverá coletar as informações sobre os casos, como subsídio para resposta ao Ofício do CONDEMA de Campinas.

**11.2. Solicitação da Prefeitura de Holambra:** A representante da Prefeitura de Holambra, Adriana Brangeli, informou que a Prefeitura encaminhou Ofício à Secretaria Executiva do Comitê solicitando alteração de objeto do contrato FEHIDRO 166/99, daquela Prefeitura. O referido contrato tem como objeto a elaboração de projeto da ETE do rio Camanducaia, para o município de Holambra. Acontece que a Prefeitura já possui verba Federal para o projeto e implantação da referida ETE. Portanto, solicita a alteração de objeto para a implantação de Usina de Triagem de Lixo e Programa de coleta seletiva, para o município. A representante da Prefeitura fez uma breve explanação do programa de coleta seletiva e da implantação da Usina. O projeto é no valor de R\$18 mil. O Presidente do Comitê deixou claro que tem assinado solicitações de mudança de objeto quando o objeto é para a mesma finalidade. Colocada em votação, a solicitação de Holambra foi rejeitada, com 14 votos contrários, 11 a favor e 01 abstenção.

**11.3. Manifestação do representante do CREA-SP:** O Eng.º Lauro Paes, representante do CREA-SP, sendo seu Conselheiro, solicitou uma verificação e até uma alteração no conteúdo e no Autor de texto constante da Apostila intitulada “Educação Ambiental voltada a gestão dos Recursos Hídricos”, capítulo 8, página 77, distribuída hoje, nesta reunião. Informou que não é atribuição do engenheiro civil fazer recomendações, orientações, conceituações e informações sobre plantio, controle de pragas, tratamentos culturais, para reflorestamento ciliar. Isso não é competência de Engenharia Civil. Portanto, solicita que esse capítulo seja retirado desta apostila e escrito por profissional qualificado. O Presidente encaminhará a solicitação para verificação, junto ao Consórcio PCJ que foi quem elaborou o material.

**11.4. Manifestação da Fundação Florestal:** O representante da Fundação Florestal, Sr. Nelson Barbosa, agradeceu todo o esforço que foi dado pelo Comitê PCJ nas ações voltadas à natureza e que hoje ele não se sente tão sozinho nessa luta.

**11.5. Manifestação do Consórcio PCJ:** O representante do Consórcio PCJ, Sr. Sérgio Razera, convida a todos para participar de 2 eventos que serão realizados junto aos municípios. Um deles é dia 05/04/2002, na captação de água do Capim Fino, em Piracicaba, com entrada pela Usina Costa Pinto, onde será realizado o evento de lançamento do “Plano de Ações para a Bacia do Rio Corumbataí”, com recursos do R\$0,01. O outro convite é para a reunião plenária do Consórcio que



será no dia 19/04/2002, no Engenho Central, em Piracicaba, às 9 horas. **11.6. Manifestação da ANEDE:** O representante da Associação Novo Encanto, Sr. Flávio Gordon, mencionou que não tem conhecimento do teor do relatório da Carioba II que foi encaminhado ao DAIA, após as discussões e, por isso, solicita cópia do mesmo. O Presidente do CBH-PCJ informa que o mesmo está disponível no site do CBH-PCJ. O Sr. Flávio, ainda mencionou que há tempos encaminhou uma solicitação ao Comitê para que a CETESB fizesse uma apresentação dos fatos ocorridos no município de Paulínia, com a contaminação do solo pela empresa Shell e que ainda não obteve respostas. O Presidente esclareceu que pelas dificuldades que a Secretaria Executiva estava passando, com a falta de pessoal, este assunto ainda não foi respondido, mas a CETESB já encaminhou resposta a

Secretaria Executiva. Garantiu que, tão logo se normalize a situação, o encaminhamento será providenciado. **11.8. Curso de Pedagogia pela UNESP:** Foi informado que como os professores da rede de ensino público devem ter o curso de pedagogia até o ano de 2006, e que a UNESP estará promovendo o curso de extensão nos municípios interessados, a custo muito baixo. Para tal, foi passado o endereço de um site para maiores informações: [www.unesp.br/prograde/pedagogia](http://www.unesp.br/prograde/pedagogia). **12. Encerramento:** A representante da Prefeita de Campinas, Emília Rutkewski, agradeceu a presença de todos e disponibilizou as dependências do município para a realização de outros eventos que possam contribuir para o avanço deste Comitê PCJ. Em seguida o Presidente, Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos, a Prefeita de Campinas, pela recepção oferecida e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti  
Secretário-executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti  
Vice-presidente

Cláudio Antônio de Mauro  
Presidente